

Inquérito Civil n. 06.2022.00003967-8

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, neste ato representado pelo Promotor de Justiça **LUCAS DOS SANTOS MACHADO**, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e, de outro lado **IVONE SALETE TORCATTO**, inscrita no CPF sob o nº 435.827.709-82, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 722, Centro, município de Fraiburgo/SC, CEP 89580-000, acompanhada de sua advogada, Dr^a. Daniele Torcatto Dresch, doravante designada **COMPROMISSÁRIA**, contando ainda com a presença do Cabo BM Alexandre Indalécio de Almeida, chefe do Serviço de Segurança Contra Incêndio do OBM de Fraiburgo - CBM/SC, autorizados pelo § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85, e artigo 97 da Lei Complementar Estadual nº 738/19, autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00003550-5, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa judicial e extrajudicial dos interesses difusos, coletivos e individuais e homogêneos do consumidor, conforme interpretação conjugada dos artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, artigo 81, parágrafo único, incisos I, II e III, do Código de Defesa do Consumidor e artigo 1º, inciso II, e artigo 5º, inciso I, da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê em seu artigo 6º a saúde e segurança como direitos sociais;

CONSIDERANDO ser direito básico dos consumidores a proteção da vida, saúde e segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos, conforme art. 6º, II, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o artigo 108, incisos II, III e IV, da Constituição do Estado de Santa Catarina atribui ao Corpo de Bombeiros Militar a incumbência de regulamentar, fiscalizar, sancionar e periciar quanto à segurança

contra incêndios em edificações;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n. 13.425/2017, da Lei Estadual n. 16.157/2013 e do Decreto-Lei Estadual n. 1.957/2013 que dispõem sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a tramitação no âmbito desta Promotoria de Justiça do Inquérito Civil n. 06.2022.00003967-8, objetivando verificar a a inobservância às normas de segurança contra incêndio pela edificação mista (comercial e residencial) de propriedade de Ivone Salete Torcatto, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 722, Centro, Fraiburgo/SC;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985:

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação da edificação mista (comercial e residencial) de propriedade de Ivone Salete Torcatto, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 722, Centro, Fraiburgo/SC, às exigências normativas relacionadas à segurança do sistema de prevenção contra incêndio e pânico, visando, desta maneira, sanar as irregularidades levantadas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Fraiburgo.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

2.1. DA OBRIGAÇÃO DE FAZER (JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR)

2.1.1. A **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a executar integralmente o projeto preventivo contra incêndio n. 31629, da edificação localizada na Rua Nereu Ramos, nº 722, Centro, Fraiburgo/SC, o qual já devidamente protocolado e aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar, no prazo de máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, além de promover as adequações necessárias ao regular e seguro funcionamento da edificação;

2.1.2. No mesmo prazo (150 dias), a **COMPROMISSÁRIA** compromete-se a solicitar vistoria para "habite-se", devendo comprovar a solicitação documentalmente ao Ministério Público;

2.1.3. Após a vistoria mencionada na item 2.1.2, o **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar a esta Promotoria de Justiça o alvará de "habite-se" no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a emissão.

CLÁUSULA TERCEIRA – MULTA E EXECUÇÃO

3.1. Na hipótese de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas na Cláusula Segunda deste termo, a **COMPROMISSÁRIO** fica obrigada ao pagamento de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), para cada uma das cláusulas, a contar a partir do término dos prazos estabelecidos nos itens "2.1.1" e "2.1.3" sem prejuízo das medidas civil, criminais e administrativas a serem adotadas;

3.2. Em qualquer caso, a multa será destinada ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do estado de Santa Catarina (CNPJ n. 76.276.849/0001-54, Agência n. 3582-3, do Banco do Brasil, conta corrente n. 63.000-4), correndo a multa independentemente de qualquer determinação judicial.

CLÁUSULA QUARTA – CORPO DE BOMBEIROS

4. O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ficará a cargo da fiscalização do cumprimento do compromisso ora firmado por **IVONE SALETE TORCATTO**, estando ciente, inclusive, da obrigação de, ao final, expedir o competente alvará de habite-se caso todos os requisitos da edificação sejam regularmente cumpridos pela Compromissária.

CLÁUSULA QUINTA – MINISTÉRIO PÚBLICO

5. O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face da Compromissária, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

CLÁUSULA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento técnico ou jurídico, inclusive decorrente de alteração legislativa federal e estadual;

6.2. O foro competente para resolução de conflitos oriundos do presente ajuste será o da Comarca de Fraiburgo/SC;

6.3. O presente ajuste e a contagem dos prazos nele estabelecidos entrarão em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem assim compromissados, firmam este TERMO em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, cientificado o Compromissário, desde já, de que o presente procedimento será arquivado e submetido à análise do egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do § 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e os artigos 48, inciso II, e 49, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Fraiburgo, 06 de outubro de 2022.

LUCAS DOS SANTOS MACHADO

Promotor de Justiça

IVONE SALETE TORCATTO

Compromissária

ALEXANDRE INDALÉCIO DE ALMEIDA

Cabo Bombeiro Militar

DANIELE TORCATTO DRESCH

Advogada – OAB/SC 61458

Testemunhas:

Diego Paz Estevam
Assistente de Promotoria

Ivonete Torcatto Dresch